move activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

18 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Alexandre Manuel Mendonça Vaz*.

2611017365

CÂMARA MUNICIPAL DE SEIA

Aviso n.º 10 261/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 14 de Fevereiro de 2007, ao abrigo do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, foi autorizada a licença sem vencimento pelo período de um ano ao funcionário desta autarquia José Paulo Félix, com início em 28 de Março de 2007.

15 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Eduardo Mendes de Brito*.

2611016882

CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA

Aviso n.º 10 262/2007

Para os devidos efeitos, faz-se público que, por despacho do presidente de 8 de Maio de 2007, se procedeu à nomeação em comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, de Rui Pedro de Almeida Gomes, com a categoria de varejador, posicionado no escalão 1, índice 155, para a categoria de condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, escalão 1, índice 155, ao abrigo do artigo 5.º, alínea b), do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, e do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro.

O prazo de aceitação da presente reclassificação é de 20 dias contados a partir da presente publicação no *Diário da República*.

17 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora*.

2611016948

Aviso n.º 10 263/2007

Para os devidos efeitos se faz público que, por despachos do presidente de 8 de Maio de 2007, se procedeu à nomeação em comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, de Anabela Pinto Gonçalves, com a categoria de técnica de contabilidade e administração de 2.ª classe, posicionada no escalão 1, índice 295, para a categoria de técnica superior de contabilidade de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, e de Maria João Ramada Crespo Chagas Rosa de Faria Rebolo, com a categoria de técnica profissional de biblioteca e documentação de 1.ª classe, posicionada no escalão 1, índice 222, para a categoria de técnica superior de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, ao abrigo do artigo 5.º, alínea b), do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, e do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro.

O prazo de aceitação das presentes reclassificações é de 20 dias contados a partir da presente publicação no *Diário da República*.

17 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora*.

2611016949

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Aviso n.º 10 264/2007

Aviso n.º 7/DURB/2007 — Loteamento — Expedição de alvará

André Martins, vereador da Câmara Municipal de Setúbal, faz público que, no uso de competência conferida pelo artigo 94.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delegada pela presidente da mesma Câmara, e nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 448/91, de 29 de Novembro, revisto, aplicável por força do disposto nos artigos 4.º, n.º 2, e 29.º da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, foi expedido o alvará n.º 3/2007, a favor da comissão de administração conjunta do prédio adiante designado por AUGI (área urbana de génese ilegal) n.º 42, formada pelo

presidente, António Vieira, casado, residente na Rua de Brancanes, 42, 1.º, em Setúbal, portador do bilhete de identidade n.º 2192394 e com o número de contribuinte 106254529, pela tesoureira, Maria de Jesus Silva dos Santos, solteira, residente na Rua da Aldeia Grande, 86, em Setúbal, portadora do bilhete de identidade n.º 5219561 e com o número de contribuinte 117624080, e pelo vogal, José Sebastião de Brito Alvito, casado, residente na Rua da Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, 161, em Azeitão, portador do bilhete de identidade n.º 5302814 e com o número de contribuinte 133303756.

A requerente apresentou a listagem a que se refere a alínea f) do artigo 18.º da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, a qual tem cinco folhas e passa a constituir o anexo I ao presente alvará, por mim assinada e feita autenticar a assinatura com o selo branco usado por esta Câmara Municipal, na data do registo do mesmo título de licença, nos Serviços Municipais.

O prédio rústico em que é desenvolvida a operação de loteamento, AUGI n.º 42, está incluído no perímetro cuja delimitação foi aprovada por esta Câmara Municipal, nos termos do n.º 4 do artigo 1.º da antes citada Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, em sua reunião ordinária realizada em 30 de Março de 1999.

Situa-se em Várzeas, Azeitão, freguesia de São Lourenço, deste concelho, está descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Setúbal sob o n.º 00081/140585, inscrito na matriz rústica da referida freguesia, sob o artigo 10 da Secção D, confrontando do norte com António Lima e Maria Isabel Carvalho, do sul com José Caetano Ribeiro e do nascente e do poente com caminho público, com a área total de 25 100 m². O mesmo prédio situa-se em espaço urbanizável de baixa densidade H1, conforme o Plano Director Municipal. A vistoria a que alude o artigo 22.º da citada Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, foi efectuada em 28 de Agosto de 2001.

Foi cumprido o disposto no artigo 28.º da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, não tendo sido registadas reclamações após decorridos 30 dias sobre a data da afixação de edital.

O projecto de loteamento foi aprovado em reunião ordinária desta Câmara Municipal realizada em 6 de Novembro de 2001.

São as seguintes as características e prescrições a que obedece a operação de loteamento:

- 1 — Área total da propriedade — 25 100 m².
- 2 — Área de protecção e enquadramento — 1980 m².
- 3 — Área loteanda — 23 120 m².
- 4 — Área total dos lotes constituídos — 17 845,25 m².
- 5 — Área remanescente — 604,90 m².
- 6 — Superfície total de pavimentos (STP):

- a) Habitação — 6900 m²;
- b) Estacionamento em estrutura edificada 30 m²/fogo — 1380 m².

7 — Número máximo de fogos — 46 fogos.

8 — Número de lugares de estacionamento automóvel em estrutura edificada — 92 lugares.

9 — Índice médio de construção — 0,30.

10 — Densidade habitacional — 20 fogos por hectare.

11 — Área total de cedência ao município — 6649,85 m².

É autorizada a constituição de 46 lotes de terreno, designados pelos números de 1 a 46, cada um com dois pisos e um fogo, e com a localização prevista na planta-síntese que constitui o anexo II a este alvará, por mim assinada e feita autenticar a assinatura com o selo branco usado por esta Câmara Municipal.

São as seguintes as áreas dos lotes constituídos:

Lote 1, com a área de 486,90 m², confrontando pelo norte com António Lima e Maria Isabel Carvalho, pelo sul com a área a ceder ao município para arruamento, pelo nascente com o lote 2 e pelo poente com a área remanescente do prédio.

Atribui-se-lhe o valor de € 12 774,60;

Lote 2, com a área de 562,35 m², confrontando pelo norte com António Lima e Maria Isabel Carvalho, pelo sul com a área a ceder ao município para arruamento, pelo nascente com o lote 3 e pelo poente com o lote 1.

Atribui-se-lhe o valor de € 12 774,60;

Lote 3, com a área de 372,39 m², confrontando pelo norte com António Lima e Maria Isabel Carvalho, pelo sul com a área a ceder ao município para arruamento, pelo nascente com o lote 4 e pelo poente com o lote 2.

Atribui-se-lhe o valor de € 12 774,60;

Lote 4, com a área de 362,04 m², confrontando pelo norte com António Lima e Maria Isabel Carvalho, pelo sul com a área a ceder

Lote 42, com a área de 300, confrontando pelo norte com o lote 43, pelo sul com o lote 41, pelo nascente com a área a ceder ao município para arruamento e pelo poente com Manuel Francisco Mestre.

Atribui-se-lhe o valor de € 12 774,60;

Lote 43, com a área de 330,15 m², confrontando pelo norte e nascente com a área a ceder ao município para arruamento, pelo sul com o lote 42 e pelo poente com Manuel Francisco Mestre.

Atribui-se-lhe o valor de € 12 774,60;

Lote 44, com a área de 300,06 m², confrontando pelo norte com área a ceder ao município para arruamento, pelo sul com Manuel Francisco Mestre, pelo nascente com o lote 43 e pelo poente com o lote 45.

Atribui-se-lhe o valor de € 12 774,60;

Lote 45, com a área de 300,60 m², confrontando pelo norte com área a ceder ao município para arruamento, pelo sul com Manuel Francisco Mestre, pelo nascente com o lote 44 e pelo poente com o lote 46.

Atribui-se-lhe o valor de € 12 774,60;

Lote 46, com a área de 652,45 m², confrontando pelo norte com área a ceder ao município para arruamento, pelo sul com Manuel Francisco Mestre, pelo nascente com o lote 45 e pelo poente com a área a ceder ao município para espaços verdes.

Atribui-se-lhe o valor de € 12 774,60;

As respectivas obras de urbanização foram licenciadas por deliberação desta Câmara Municipal em sua reunião ordinária realizada em 25 de Agosto de 2004, tendo sido fixado em € 587 631,71 o montante da caução que assegurará a boa e regular execução daquelas obras.

Aquela caução, a que se refere o artigo 27.º da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, nos termos dos n.ºs 2 e 3 da mesma disposição, é prestada mediante hipoteca legal constituída sobre todos os lotes que integram a AUGI, sendo de € 12 774,60 a quota de comparticipação de cada lote nos custos de execução das referidas obras de urbanização.

O prazo fixado para conclusão de todas as obras de urbanização é de 12 meses contados da data do registo deste alvará, nos Serviços Municipais.

Deverão ser respeitados os condicionamentos de execução das referidas obras, indicados nos seguintes pareceres:

Do PMGIAS (n.º 43/02, de 4 de Novembro);

Da Portugal Telecom (ofício n.º 75/2002, de 8 de Maio);

Da SETGÁS (processo n.º 49/2002 e ofício com a referência DTC-AAP-C-620/2004, de 4 de Outubro);

Da EDP — Distribuição de Energia, S. A. (ofício n.º 1027/02/PSPC-LU, de 6 de Novembro de 2002), oportunamente remetidos à requerente.

Deverá ser considerado, na fase de execução das obras de urbanização, a instalação de recortes para colocação de contentores, para recolha de lixo doméstico e placas toponímicas na quantidade e com modelos e critérios a indicar oportunamente pelos serviços técnicos municipais.

Caso o colector B não se encontre em funcionamento antes da conclusão das obras de urbanização, terá de ser construída a ETAR prevista no processo da AUGI 3 e obtido o licenciamento junto da CCDR-LVT, para descarga dos efluentes provenientes da mesma na linha de água.

Será da responsabilidade do promotor do loteamento a regularização de quaisquer situações que venham a ser detectadas durante a fase de execução das obras, até à recepção provisória, resultantes de omissões e deficiências dos projectos, sejam as que digam respeito a questões intrínsecas à operação de loteamento, sejam as que de modo directo ou indirecto possam colidir com interesses públicos ou privados na envolvente da área a urbanizar.

A execução de passeios confinantes com os lotes a edificar poderá ser efectuada até à data da recepção definitiva das obras de urbanização, por conveniência da construção dos edifícios nos lotes, de forma a evitar a sua deterioração.

Os lancis dos passeios deverão ter largura mínima de 12 cm e deverão ser facetados nas zonas de acesso automóvel ao interior do lote.

O pedido de recepção provisória deverá ser efectuado no prazo máximo de 15 dias subsequentes ao termo do prazo para conclusão das obras de urbanização, findo o qual a Câmara procederá à realização de vistoria e deliberará sobre a caducidade da licença de obras de urbanização, caso se verifique não terem sido concluídas as obras de urbanização.

O pedido de recepção provisória, deverá ser instruído com os pareceres das entidades gestoras das diversas redes e acompanhado com o levantamento topográfico da área urbanizada (após a execução de

todas as obras de urbanização), contemplando o registo de todos os elementos físicos definidos na planta-síntese e nos projectos, relacionados com as obras de urbanização. O levantamento deverá ser efectuado com base no sistema de coordenadas geográfica nacional e entregue em material reproduzível ou em disquete formato DWG versão 14.

A redução da caução, quando requerida, será efectuada proporcionalmente sobre os lotes cujas comparticipações não estejam em mora, de acordo com o seguinte faseamento dos trabalhos:

- a) Com a execução dos trabalhos de infra-estruturas e até à recepção provisória das obras de urbanização — 80 %;
- b) Recepção definitiva das obras de urbanização — 20 %.

São cedidas ao município as parcelas de terreno a seguir indicadas, assinaladas na planta de cedências, que passa a constituir o anexo III a este alvará, devidamente assinada e autenticada:

Para domínio público:

- a) Área de 1627,25 m², destinada a espaços verdes e equipamento de utilização colectiva, assinalada na planta de cedências a verde;
- b) Área de 5022,60 m², destinada a arruamentos e passeios, assinalada na planta de cedências a preto.

Foi paga a importância de € 89 565,68 para reforço e manutenção de infra-estruturas, que deu entrada nos cofres municipais em 30 de Novembro de 2006, pela guia de receita n.º 3/23688/37124.

Foi paga a importância de € 5 471,40, pela emissão do alvará de loteamento, que deu entrada nos cofres municipais em 4 de Dezembro de 2006, pela guia de receita n.º 3/23812/37265.

Para constar se publica o presente aviso num jornal de expansão nacional e vai ser afixado edital de idêntico teor nos Paços do Município e na sede da Junta de Freguesia de São Lourenço.

3 de Maio de 2007. — O Vereador, com competência delegada na área do Urbanismo, *André Martins*.

2611016890

Aviso n.º 10 265/2007

Concurso externo de ingresso com vista ao provimento de um lugar existente da categoria de técnico superior de 2.ª classe, estagiário, da carreira de técnico superior generalista

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do vereador com competência delegada para a gestão dos recursos humanos de 2 de Maio de 2007, Daniel João Rocha Ventura foi nomeado provisoriamente pelo período de um ano para o provimento do lugar vago existente no quadro de pessoal da categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira de técnico superior generalista, precedendo concurso, ao abrigo do disposto nos artigos 4.º, n.º 1, alínea d), do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, 6.º, n.º 6, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicável por remissão do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), e 41.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

Esta nomeação produz efeitos desde 2 de Maio de 2007, para a qual foi reconhecida a urgente conveniência de serviço. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

7 de Maio de 2007. — O Vereador com competência delegada para a Gestão dos Recursos Humanos, Protecção Civil, Bombeiros e Habitação, *Eusébio Candeias*.

2611016891

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

Aviso n.º 10 266/2007

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 23 de Abril de 2007, foram nomeados:

Técnica superior de biblioteca e documentação principal — Sónia Cristina Melato Carita, única candidata classificada no concurso interno de acesso geral aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série (parte especial), n.º 219, de 14 de Novembro de 2006.

Técnica superior de gestão principal, na área de recursos humanos — Ana Maria Fernandes Matias de Sousa, única candidata classificada no concurso interno de acesso geral aberto por aviso publicado